



PARECER CONTROLE INTERNO MUNICIPAL Nº 154/2021

ASSUNTO: ANÁLISE DO BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARUSSU-MS.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	2
3. O BALANÇO FINANCEIRO	4
4. BALANÇO PATRIMONIAL	5
5. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	6
6. DÍVIDA FLUTUANTE	7
7. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	8
8. DOS GASTOS COM SAÚDE	9
9. CONCLUSÃO	11



1. INTRODUÇÃO

O Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Municipal vem apresentar o Parecer sobre a **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020**, do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS) DE TAQUARUSSU - MS**, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição Federal, do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do Manual de Peças Obrigatórias aprovado pela Resolução nº. 088/2018-TCE/MS.

Examinou-se os resultados contábeis finais da apresentação de contas anual constantes no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, bem como, dos seus Anexos, vale ressaltar que tal análise foi **EXCLUSIVAMENTE** documental.

2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário de acordo com o artigo 102 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, compõe o rol das demonstrações contábeis que devem ser apresentadas junto à prestação de contas do Chefe do poder Executivo, ao término de cada exercício, demonstrando a receita prevista com a arrecadada e a despesa fixada com a realizada.

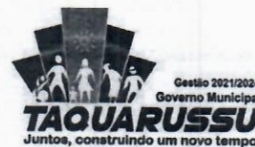
Neste instrumento, serão comparadas a previsão e a realização das receitas e despesas, estruturadas nos termos do Anexo 12 da referida lei.

O Orçamento do FMS, para o exercício de 2020, estabelecido pela Lei Municipal 515/2019 (LOA 2020), fixou a despesa em R\$ 7.086.560,00, as receitas do Fundo provêm das Transferências Governamentais (Estado e União) e foram previstas em R\$ 2.032.280,00, necessitando de Transferências do Tesouro Municipal para cobrir a totalidade das despesas.

Resultado da arrecadação orçamentária:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU - MS
CNPJ nº 03.923.703/0001-80.
Órgão de Controle Interno Municipal - OCIM



a) Previsão da Receita	2.032.280,00
b) Receita Arrecadada	3.122.298,21
c) Resultado da Arrecadação Orçamentária (b-a)	1.090.018,21
d) Arrecadação e Previsão	153,64%

A receita arrecadada foi de R\$ 3.122.298,21, o que representa 53,64% a mais que o estimado.

Economia orçamentária:

a) Fixação da Despesa	7.086.560,00	100%
b) Despesa Atualizada (Autorizada)	8.559.446,00	120,78%*
c) Despesa Realizada	8.500.791,68	119,96%*
d) Total da Economia Orçamentária (b-c)	58.654,32	**

*Percentual calculado sobre a despesa fixada.

A despesa foi atualizada para R\$ 8.559.446,00, sendo suplementada no valor de R\$ 1.472.886,00 (aumento de 20,78%), ao passo que a despesa realizada foi de R\$ 8.500.791,68, que representa um valor aproximadamente 19,96% maior que a despesa inicialmente orçada.

Vale ressaltar, que do montante suplementado (1.472.886,00), o valor de R\$ 330.326,00, isto é, 22,43%, refere-se a superávit financeiro de exercícios anteriores.

Resultado da execução orçamentária:

a) Receita Orçamentária Arrecadada	3.122.298,21
b) Despesa Orçamentária Realizada	8.500.791,68
c) Déficit Orçamentário (a - b)	-5.378.493,47



O Déficit Orçamentário apresentado no Balanço Orçamentário – Anexo 12 é coberto pela Transferência do Tesouro Municipal no montante de R\$ 5.637.815,33 e Saldo Financeiro no final do exercício anterior no valor de R\$ 839.516,40, como demonstrado no Balanço Financeiro – Anexo 13, portanto, não houve desequilíbrio na entidade.

Ao compararmos os dados de 2020 com os dois anos anteriores, temos a seguinte situação:

	2018	2019		2020	
			VAR. ANO ANTERIOR		VAR. ANO ANTERIOR
ORÇAMENTO INICIAL	7.235.215,00	7.175.280,00	-0,83%	7.086.560,00	-1,24%
RECEITAS REALIZADAS	3.014.348,32	2.104.695,81	-30,18%	3.122.298,21	48,35%
DESPESAS REALIZADAS	7.719.348,65	7.720.897,90	0,02%	8.500.791,68	10,10%

A tabela acima demonstra que de 2018 para 2019 o orçamento sofreu uma queda de 0,83%, e em 2020 foi reduzido em 1,24% se comparado ao ano anterior. Observa-se também que após uma grande queda de 30,18% de 2018 para 2019, as receitas sofreram um forte aumento de 48,35% em 2020. Após permanecerem estáveis entre 2018 e 2019 as despesas do fundo apresentaram um crescimento de 10,10% em 2020.

3. O BALANÇO FINANCEIRO

Segundo o art. 103 da Lei nº 4320/64, deve demonstrar “a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com o saldo em espécie provenientes do exercício anterior, e o que se transferem para o exercício seguinte”.

No mesmo normativo, entretanto foi prevista uma exceção. O parágrafo único do art. 103 preconiza que os restos a pagar inscritos no exercício, ou seja, os



empenhos emitidos e não pagos, devem ser computados na receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

+ Saldo do Exercício Anterior	839.516,40
+ Receita Orçamentária	3.122.298,21
+ Transferência Financeira Recebida	5.637.815,33
+ Receita Extraorçamentária	964.669,53
SOMA	10.564.299,47
- Despesa Orçamentária	8.500.791,68
- Despesa Extraorçamentária	970.107,25
SOMA	9.470.898,93
SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE	1.093.400,54

No controle contábil das operações financeiras e extra orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada, sendo os valores retidos, devidamente recolhidos, tanto as previdenciárias, IRRF e as consignações de empréstimos, os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores foram pagos (R\$ 17.893,17 de RPNP e R\$ 9.444,55 de RPP) e houve a inscrição de Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no valor de R\$ 21.900,00.

Ao final do exercício, pode-se constatar que a disponibilidade financeira para o exercício seguinte é superior aos restos a pagar inscritos.

4. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial demonstra os componentes patrimoniais do Fundo, classificados em Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo



Não Circulante e o Patrimônio Líquido, compreendendo os bens, direitos e obrigações, cuja situação se demonstra a seguir:

O FMS apresentou um Patrimônio Líquido (PL) no valor de R\$ 1.119.041,06, composto por R\$ 288.969,21 de Resultado do Exercício e R\$ 830.071,85 de Resultado de Exercícios Anteriores, neste ponto cabe destacar que existe um Estoque de Medicamentos da Farmácia Básica no valor de R\$ 25.640,52, ao subtraí-lo do montante total do PL totalizamos R\$ 1.093.400,54, conferindo com o saldo para o exercício seguinte apresentado no Anexo 13.

Verificou-se também que existe um Passivo Financeiro no valor de R\$ 21.900,00, correspondente a inscrição de Restos a Pagar Não Processados, dessa forma, o Saldo Patrimonial do Fundo foi de R\$ 1.097.141,06.

5. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Também denominada Balanço Econômico tem a seguinte definição no Art. 104 da Lei nº. 4.320: "A demonstração das variações patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício".

	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8.760.113,54	7.112.510,89
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.072,35	22.163,09
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	5.637.815,33	5.007.815,08
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	3.117.925,86	2.081.922,72
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	300,00	610,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.930.229,03	7.930.229,03
REMUNERAÇÃO A PESSOAL *	2.935.398,51	2.639.127,05
ENCARGOS PATRONAIS*	655.422,40	588.480,34
BENEFÍCIOS A PESSOAL	295.146,00	229.277,36
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	23.635,70	17.608,12



USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.443.719,19	3.927.128,61
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	94.936,30	490.696,14
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA (RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS)	0,00	37.911,41
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.886,23	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	288.969,21	-817.718,14

Diante do disposto no Anexo 15, verificou-se que em relação ao ano anterior, houve um aumento queda de 23,16% nas VPA, enquanto as VPD cresceram 6,82%. Dentre as VPA, destacamos as Transferências Intergovernamentais que cresceram 49,76% e as Transferências Intragovernamentais que cresceram 12,58%. Quanto às VPD, podemos destacar os gastos com pessoal* e encargos* que somados, tiveram um aumento de 11,25% em relação a 2019.

Cabe ainda destacar a VPD “*Transferências Intragovernamentais*” no montante de R\$ 94.936,30 que se refere à transferência de patrimônio do FMS para a Prefeitura e “*Outras Variações Patrimoniais Diminutivas*” no valor de R\$ 22.886,23 corresponde a devolução de saldo de aplicações financeiras e saldo residual de Convênio nº 812107/2014 com a União.

Ao final do exercício verificou-se que o Fundo Municipal de Saúde apresentou superávit patrimonial de R\$ 288.969,21, valor este que corresponde ao Resultado do Exercício apresentado no Anexo 14.

6. DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante é integrada pelas obrigações de curto prazo pendentes ao final de cada exercício, é composta, segundo o art. 92 da Lei nº 4.320/64, por Restos a pagar, serviços da Dívida a pagar, Depósitos e Débitos de Tesouraria.

Restos a Pagar não Processados (RPNP) 2020	R\$ 21.900,00
---	----------------------

O Anexo 17 comprova que os depósitos e débitos da tesouraria foram quitados dentro do exercício, e que foram inscritos em 2020, R\$ 21.900,00 em RPNP,



observa-se ainda que foram pagos R\$ 27.337,72 de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

O saldo financeiro para o exercício seguinte, conforme Anexo 13, foi de R\$ 1.093.400,54. Analisando-se o quadro acima, verifica-se suficiência financeira para a inscrição de empenhos em restos a pagar no exercício 2020.

7. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

O objetivo deste demonstrativo é o de contribuir para a transparência da gestão pública, visto permitir maior gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. Conforme conceitua o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – Parte V, a Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstra as movimentações ocorridas no caixa e nos equivalentes de caixa, nos seguintes fluxos:

a) Fluxo de caixa das operações: que compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento;

b) O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza;

c) O fluxo de caixa dos financiamentos inclui recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

INGRESSOS	8.764.178,05
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	4.072,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.081.922,72
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	5.641.879,84
DESEMBOLSOS	8.416.988,54



PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	7.499.148,42
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	917.840,12
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	347.189,51

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

INGRESSOS	0,00
DESEMBOLSOS	93.305,37
AQUISIÇÃO DE ATIVOS NÃO CIRCULANTE	93.305,37
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-93.305,37

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

INGRESSOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDAS	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	253.884,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	839.516,40
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.093.400,54

Como forma de verificar a fidedignidade das informações do Anexo 18, confrontamos o saldo final de caixa com o saldo em espécie para o exercício seguinte apresentado no Anexo 13, bem como o caixa e equivalente de caixa do Anexo 14, e os valores conferem.

8. DOS GASTOS COM SAÚDE

A Constituição Federal, na forma do inciso III e do § 3º do art. 77 do ADCT, estabelece que seja aplicado nas ações e serviços de saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde, o equivalente a 15% do produto de arrecadação dos impostos a



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU - MS
CNPJ nº 03.923.703/0001-80.
Órgão de Controle Interno Municipal - OCIM



que se refere o art. 156 e dos recursos que tratam os art. 158 e 159, inciso I, alínea "b" e § 3º da CF, os valores estão demonstrados no quadro abaixo:

RECEITAS	VALOR
IMPOSTOS	1.261.085,61
IPTU	160.528,40
IRRF	576.886,63
ITBI	224.717,47
ISS	298.953,11
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	9.389.135,72
FPM	8.339.557,11
ITR	1.049.578,61
LC/87/96	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	15.705.054,11
ICMS	15.191.008,70
IPVA	394.443,81
IPI	119.601,60
TOTAL DAS RECEITAS P/ APURAÇÃO ÍNDICE	26.355.275,44
% MINIMO A APLICAR (15%)	3.953.291,32

Segundo os dados do Anexo XII do RREO referente ao 6º Bimestre, o índice de aplicação da receita resultante de impostos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde ficou em 20,96%, acima do limite mínimo exigido por lei, conforme demonstrado a seguir:

Especificação	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
Despesas com Saúde	8.500.791,68	8.478.891,68	8.478.891,68
(-) Despesas Rec Vinc	2.977.221,56	2.977.221,56	2.977.221,56
Total Recursos Próprios	5.523.570,12	5.501.670,12	5.501.670,12
% APLICADO	20,96%	20,88%	20,88%
Superávit Saúde	1.570.278,80	1.548.378,80	1.548.378,80



9. CONCLUSÃO

Em razão das análises efetuadas concluímos pelo Parecer Técnico Conclusivo **Favorável** da referida gestão.

O teor deste documento deve ser levado ao conhecimento do Responsável pela Administração para elaboração do Pronunciamento Próprio do Gestor.

O parecer supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas na presente avaliação, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Taquarussu, 23 março de 2021.

Josivan Barros da Silva
Coord. Controle Interno
Prefeitura Municipal de Taquarussu-MS

Josivan Barros da Silva
Coordenador de Controle Interno
Matrícula: 503-03
CRA-MS: 6298